



Produto Técnico Tecnológico

Autores

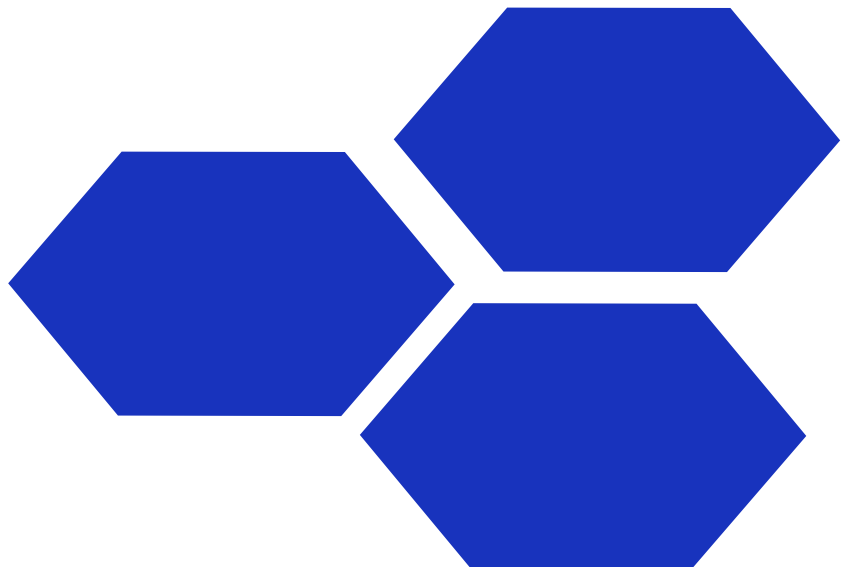
Dario Romão da Silva¹

Gleimiria Batista da Costa ²

www.profiap.unir.br



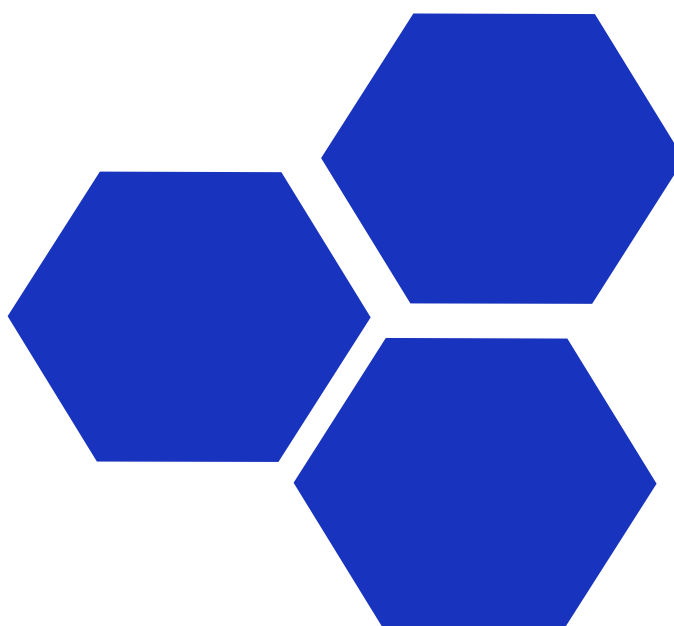
Resumo dos Autores



1: Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia – PROFIAP/UNIR. Pós-graduado em Gestão do Poder Judiciário e Direito Processual Cível e Recurso pela FAEL. Graduado em Direito e Gestão Pública pela Ulbra. Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. E-mail: dario.romao@hotmail.com

2: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia (1999), mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (2008) e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012). Pós doutora pelo programa de Administração da Universidade da Amazônia/UNAMA. E-mail: gleimiria@unir.br

Resumo



A pesquisa analisa o texto do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), nos conceitos e definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de analisar o grau de alinhamento do PLS do TJRO com os indicadores, metas e objetivos da Agenda 2030. Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva, de natureza qualitativa. Os resultados obtidos indicam que o PLS do TJRO tem 36% do Plano com referência ao ODS 12, tratando de questões atinentes à redução de consumo e redução dos gastos. Isso leva ao entendimento de que o Plano possui um apelo forte às temáticas institucional e de economicidade, o que facilitaria a indicação dos seus temas por meio das práticas ESG (Environmental, Social and Governance), bem como a utilização da plataforma Microsoft Power BI para melhor estruturação das informações e dados.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO
PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**Recomendação de uso das práticas ESG e utilização da plataforma Power BI
na elaboração e desenvolvimento do Plano de Logística Sustentável do
Tribunal de Justiça de Rondônia.**

Instituição/Setor: A pesquisa teve como foco o Plano de Logística Sustentável (2021-2023) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Público-Alvo da Iniciativa: Servidores envolvidos no Plano e sociedade em geral.

Descrição da situação-problema: O TJRO é um órgão constitucional, pertencente ao Poder Judiciário brasileiro, e possui um Plano de Logística Sustentável, que é um instrumento de grande relevância na temática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, tanto em seu âmbito, como local e para todo o planeta. Com isso, surge a possibilidade de o Plano aplicar conceitos e definições condizentes com sua esfera de atuação e alinhadas aos aspectos ambiental, social, econômico e institucional.

Objetivos: Recomendar a implementação do PLS com base nas iniciativas ESG e por meio da plataforma Microsoft Power BI, assim como tem sido feito em alguns órgãos/instituições.

Análise/Diagnóstico da Situação-problema: Os resultados da pesquisa mostraram que no texto do PLS são indicados alguns ODS e metas que se repetem nos temas do Plano, sem qualquer menção de correspondência dos indicadores com os da Agenda 2030. Há tema que sequer corresponde a algum dos ODS. O Plano está disponível no site do órgão em um documento no formato .PDF, com leitura dificultosa em razão da sua extensão e publicação pouco eficaz.

Recomendações de intervenção: Para que as práticas ESG sejam implantadas e mantidas, faz-se necessário alteração no Plano para que sejam os temas separados de acordo com as abordagens ambiental, social, governança e economicidade. A recomendação proposta por esta pesquisa se baseia no caso implantado recentemente o da Resolução Administrativa nº 08, de 21/03/2023, que dispõe sobre a Política Integrada de Governança e Responsabilidade Socioambiental -ESG, na sigla em inglês - na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como o uso da plataforma Power BI na elaboração, apresentação e resultados do Plano de Logística Sustentável, como ocorre na ANS, na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no Superior Tribunal de Justiça – STJ e Justiça Federal. A recomendação busca clareza, praticidade e maior transparências das ações estratégicas do órgão no

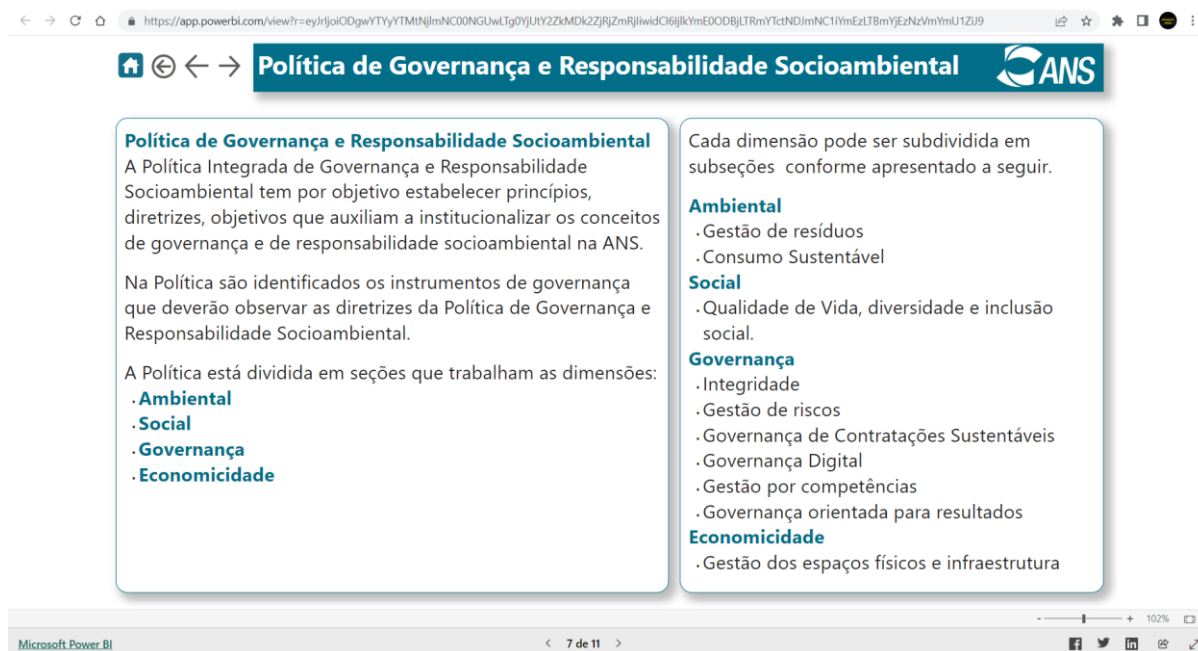
relacionadas à governança e à sustentabilidade. Os *prints* abaixo demonstram como são projetadas as seções na plataforma Microsoft Power BI e como os temas estão dispostos nas dimensões ESG.

Figura 1. Painel de projeto ESG da ANS na plataforma Power BI.



Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojODgwYTYyYTMtNjlmNC00NGUwLTg0YjUtY2ZkMDk2ZjRjZmRjIiwidCI6IjlkYmE0ODBlLTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9>

Figura 2. Divisão da Política de Governança e Responsabilidade Socioambiental da ANS



Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojODgwYTYyYTMtNjlmNC00NGUwLTg0YjUtY2ZkMDk2ZjRjZmRjIiwidCI6IjlkYmE0ODBlLTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9>

ESG - Environmental, Social and Governance

O ESG (ambiental, social e governança, em português) tem se tornado um conceito cada vez mais relevante também na esfera da administração pública. Essa abordagem visa avaliar o desempenho das entidades governamentais não apenas em termos financeiros, mas também no que diz respeito às questões ambientais, sociais e de governança. Neste contexto, explora-se a importância do ESG para a administração pública e seus benefícios para a sociedade como um todo.

A dimensão ambiental do (conceito) ESG na administração pública refere-se ao compromisso em adotar práticas sustentáveis, promovendo a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos ambientais causados pela atividade governamental. Isso inclui ações como a implementação de políticas de uso eficiente de recursos naturais, a adoção de energias renováveis e a redução da emissão de gases de efeito estufa. Segundo Hahn et al. (2020), a administração pública sustentável é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

No âmbito social, o ESG na administração pública visa garantir a promoção da equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população. Isso inclui a implementação de políticas públicas que busquem reduzir as desigualdades sociais, promover a inclusão de grupos vulneráveis e assegurar o acesso aos serviços públicos básicos. Segundo Cogburn e Kearney (2020), a administração pública deve ter como objetivo principal o bem-estar da sociedade, agindo de forma ética e responsável.

A dimensão de governança no ESG na administração pública se refere à transparência, integridade e eficiência nas práticas de gestão do setor público. Isso inclui a promoção da transparência na prestação de contas, a adoção de mecanismos de controle e fiscalização eficientes e a garantia da participação cidadã nas tomadas de decisão. Segundo Bovaird e Löffler (2019), uma boa governança no setor público fortalece a confiança da população nas instituições governamentais e contribui para a efetividade das políticas públicas.

De acordo com Jones (2018), a adoção do ESG na administração pública traz benefícios significativos para a sociedade. Ao adotar práticas sustentáveis, a administração pública reduz o impacto ambiental de suas atividades e contribui para

a preservação dos recursos naturais. Além disso, ao promover a equidade social, a administração pública fortalece a coesão social e cria oportunidades para o desenvolvimento humano. Por fim, a adoção de uma governança transparente e eficiente fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e na capacidade do governo de atender às demandas da sociedade.

No entanto, como destacado por Smith (2020), a implementação do ESG na administração pública também enfrenta desafios. A falta de recursos financeiros e técnicos pode dificultar a adoção de práticas sustentáveis e a implementação de políticas públicas voltadas para a equidade social. Além disso, a mudança cultural e a resistência às novas abordagens podem representar obstáculos. No entanto, esses desafios podem ser superados com o engajamento de todos os atores envolvidos e o estabelecimento de parcerias entre governo, sociedade civil e setor privado.

Com relação a parte da recomendação de uso das práticas ESG com a utilização da plataforma Microsoft Power BI, justifica-se por ser uma poderosa ferramenta de análise de dados que tem revolucionado a forma como as empresas lidam com a visualização e interpretação de informações. Os *prints* abaixo demonstram a utilização dessa ferramenta por autarquia e também órgãos do judiciário.

Figura 3. Painel de Governança e Sustentabilidade da ANS.



Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkODVkmZgtMwVhYi00ODliLTgyODgtZTViMjM0NmEzNjRkIiwidCI6IjlkYmE0ODBlLTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9&pageName=ReportSection13eb5490756c3809503b%22>

Figura 4. Plano de Logística Sustentável (2021-2026) – STJ



Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTQ4ZDg1ZGMtZjQ4ZS00NTA5LWwEwYmItYTQyNTE0NTM0ZDU4IiwidCI6ImRlMjNkNWYwLWwNjYwMmNGM4NC04MwQ2LTI4OTJhOGMwNTVhYSJ9>

Figura 5. Dados do Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal



Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDZiZjQ3ZmYtNTczMy00YWVmLWwFiNDYtMzlhYWE4NjY2NjRkIiwidCI6IjQ1NmM1N2JmLTAxMmYtNDhNYS1iYTNhLTUwODUzMTRjNjA3YiJ9>

PLATAFORMA MICROSOFT POWER BI

O Power BI oferece uma série de vantagens para as empresas, permitindo que elas extraiam insights valiosos de seus dados. Segundo a pesquisa de Smith et al. (2019), o Power BI proporciona uma visão abrangente dos dados, tornando-os mais acessíveis e compreensíveis para os usuários. Com suas poderosas capacidades de visualização, a plataforma permite a criação de dashboards interativos e relatórios personalizados que facilitam a identificação de padrões e tendências.

Além disso, a facilidade de uso é uma das características distintivas do Power BI. Como mencionado por Johnson (2018), a plataforma foi projetada para ser intuitiva e amigável, mesmo para usuários não técnicos. Com recursos de arrastar e soltar e uma interface intuitiva, o Power BI permite que os usuários criem rapidamente visualizações de dados sem a necessidade de conhecimentos avançados em programação ou análise de dados.

Outro ponto relevante é o papel do Power BI na tomada de decisões estratégicas. Segundo Li et al. (2020), a plataforma fornece informações em tempo real e atualizadas, permitindo que as organizações acompanhem de perto seu desempenho e tomem decisões informadas com base nos dados mais recentes.

Além disso, o Power BI possui integração com várias fontes de dados, incluindo bancos de dados, serviços em nuvem e até mesmo aplicativos de terceiros. Essa capacidade de conectar-se a diferentes fontes de dados foi ressaltada por Chen et al. (2019) como um fator crucial para a eficiência e a qualidade da análise de dados. Através dessa integração, o Power BI permite consolidar informações de diversas fontes em um único painel de controle, facilitando a análise abrangente dos dados da organização.

É importante destacar que a implementação bem-sucedida do Power BI requer uma estratégia sólida de governança de dados. Conforme apontado por Brown et al. (2020), é fundamental estabelecer políticas e práticas para garantir a qualidade, a segurança e a integridade dos dados utilizados na plataforma. Isso inclui a definição de permissões de acesso, a padronização de métricas e a garantia de conformidade com regulamentações de proteção de dados.

Desta forma, a utilização da plataforma Power BI na implementação de um Plano de Logística Sustentável traz diversos benefícios para o órgão, a saber: visualização clara e abrangente dos dados; monitoramento em tempo real; integração

de dados de diferentes fontes; análise avançada de dados; compartilhamento de informações; tomada de decisões baseada em dados. Esses benefícios contribuem para uma logística mais eficiente, redução de custos e impactos ambientais, e melhoria da sustentabilidade da cadeia de suprimentos.

Responsáveis: Dario Romão da Silva (discente) e Gleimíria Batista da Costa (orientadora).

Contatos: dario.romao@hotmail.com e gleimiria@unir.br

Data da realização do relatório: 01/07/2023.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Resolução que dispõe sobre a Política Integrada de Governança e Responsabilidade Socioambiental -ESG, na sigla em inglês - na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.**

Disponível

em:<https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=textoLei&format=raw&id=NDM3MA>== Acesso em 20 de maio de 2023.

BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. **Public Management and Governance**. Routledge. 2019.

BROWN, M.; JONES, S.; SMITH, J. Governance Considerations for Successful **Power BI Implementations**. Journal of Business Intelligence, 5(2), 123-137. 2020.

CHEN, R.; JOHNSON, L.; THOMPSON, G. The Power BI Cookbook: **Creating Business Intelligence Solutions of Analytical Data Models, Reports, and Dashboards**. Apress. 2019.

COGGBURN, J. D.; KEARNEY, R. C. **Handbook of Environmental and Sustainable Finance**. Springer. 2020.

HAHN, T.; FIGGE, F.; PINKSE, J.; PREUSS, L. **Handbook of Research on Sustainable Business**. Edward Elgar Publishing. 2020.

JOHNSON, T. Microsoft Power BI Quick Start Guide: **Build dashboards and visualizations to make your data come to life**. Packt Publishing Ltd. 2018.

JONES, A. Sustainable Public Administration: **The Potential and Challenge of ESG**. Public Administration Review, 78(2), 237-246. 2018.

LI, X.; WANG, S.; WANG, Y. **Real-time Operational Reporting Using Microsoft Power BI**. IEEE Transactions on Automation Science and Engineering, 17(4), 1688-1695. 2020.

SMITH, B. Overcoming Challenges in ESG **Implementation in Public Administration**. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 30(4), 692-707. 2020.

SMITH, K.; ANDERSON, D.; DAVIS, C. Transforming Data Analysis: **The Power of Microsoft Power BI**. *The Journal of Academic Librarianship*, 45(1), 2019.